

**Parecer nº 102/97**

Data: 1997.10.22

Processo nº 267

**Requerente:** Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde

1. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde pede o parecer da CADA sobre a obrigatoriedade de emitir certidões requeridas, ao abrigo dos artigos 61º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), quer por um funcionário quer por um vereador do órgão executivo da Câmara. Dúvidas põe também quanto ao pagamento pelo vereador das taxas devidas e quanto à passagem de certidões das notas biográficas de funcionários. São anexadas fotocópias dos requerimentos e dos respectivos despachos e de um parecer da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) que analisa o assunto face à Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), e sugere a consulta à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Pode inferir-se dos requerimentos cujas fotocópias foram anexadas ao processo que existe um procedimento judicial com base na nomeação de uma funcionária contestada pelo funcionário e pelo vereador requerentes.

2. Nenhum dos requerimentos foi feito ao abrigo do direito geral de acesso aos documentos administrativos, pelo que parece estar fora da competência desta Comissão analisá-los e esclarecer as dúvidas que se levantam.

Ao contrário, a invocação expressa do artigo 61º e seguintes do CPA conduz à sua análise no domínio da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos (LEPTA) e, consequentemente, à imediata aplicação do seu artigo 82º.

Aliás, as certidões pedidas já foram passadas, em cumprimento do despacho do Presidente da Câmara de 9 de Abril do corrente ano, excepto as das notas biográficas, sobre as quais foi pedido parecer à CCR Norte.

A consulta à CADA foi sugerida por essa CCR e só na reunião da Câmara de 8 de Setembro último foi deliberado acolher a sugestão.

3. Embora a situação concreta não justifique a emissão de parecer da CADA, de acordo com o nº 2 do artigo 15º da LADA, entendeu-se conveniente, ainda assim, esclarecer as dúvidas sobre a possibilidade de acesso aos documentos administrativos no âmbito desta lei.

3.1. Cabe referir que, ao abrigo da Lei 65/93, poderiam ter sido passadas certidões ou fotocópias dos documentos requeridos, caracterizados como documentos administrativos e não excepcionados, portanto, do acesso geral cfr. designadamente, os artigos 3º, 4º, nº 1, a), 7º, nºs 1 e 3, e 12º - forma de acesso ;

3.2. Quanto às notas biográficas só o seu conteúdo em concreto poderá esclarecer as dúvidas postas. De facto, poderão existir nelas, eventualmente, dados nominativos dos funcionários, designação atribuída às informações ou dados pessoais de pessoa identificada ou identificável contendo apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada (cfr. nº 1, alíneas *b*) e *c*), do artigo 4º e nºs 1 e 2 do artigo 7º).

O acesso de terceiros a documentos nominativos está sujeito à invocação do interesse directo e pessoal e exige um parecer favorável da CADA pedido pelo interessado (cfr. nº 2 do artigo 7º e nºs 1, 3, 4 e 5 do artigo 8º).

O nº 5 do artigo 8º permite, porém, que sejam dispensadas as exigências descritas, quando o documento possa ser expurgado dos dados nominativos sem que os serviços tenham de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação.

3.3. A reprodução dos documentos administrativos pode implicar o pagamento de despesas, do qual não está isento nenhum cidadão: um vereador, se pretender a

reprodução de documentos camarários, **que não caibam nas exigências inerentes às suas funções**, está, como qualquer administrado, sujeito ao pagamento devido (cfr. nº 2 do artigo 12º da LADA);

3.4. Poderá, em síntese, concluir-se que, se o pedido de acesso aos documentos em causa tivesse sido feito ao abrigo da LADA, tanto o vereador como o funcionário teriam direito à sua reprodução, mediante o pagamento devido, **sem necessidade de qualquer referência aos fins a que se destinavam**.

O acesso às notas biográficas só deveria ser impedido se elas contivessem dados nominativos e no caso de não ser possível aos serviços expurgá-los desses dados, nas condições já referidas. Se as notas biográficas forem apenas um suporte de referências profissionais dos funcionários (v. g. identificação, habilitações, carreira, antiguidade, etc.) sem revelarem juízos de valor ou informações ligadas à intimidade da vida privada, não há motivo para condicionar o seu acesso por terceiros, até porque os dados profissionais são dados já tornados públicos em momentos anteriores.

#### **4. Conclusões**

4.1. A invocação nos requerimentos a que este processo se refere dos artigos do Código do Procedimento Administrativo indicia o apelo a uma protecção e defesa de **interesses específicos em litígio**. Esses interesses, legítimos e específicos dos peticionários e a informação que lhes está ligada são tutelados por leis especiais - o CPA e a LEPTA - com garantias e meios próprios de aplicação e actuação.

Neste caso, para a obtenção dos documentos o interessado pode, se necessário, recorrer à intimação da autoridade prevista no nº 2 do artigo 82º da LEPTA;

4.2 No domínio da LADA, o acesso aos documentos administrativos (não nominativos) configura-se como um direito de todos os cidadãos em geral, que não

depende da existência, da invocação ou da demonstração de qualquer interesse pessoal e directo, pois visa também a transparência da Administração Pública, através do controlo da sua actividade exercido pelos administrados;

4.3. Deste modo, não parece caber a esta Comissão pronunciar-se sobre as dúvidas que são postas, relativamente aos casos em apreço.

Os pedidos de acesso às notas biográficas terão de ser apreciados à luz da sua necessidade para a averiguação dos direitos e interesses em causa e legitimidade da sua defesa.

Se houver necessidade de aceder a informação recusada o acesso tem de ser obtido por recurso às disposições da LEPTA e não através do processo de reclamação previsto no artigo 16º da LADA. Aliás, a incompatibilidade dos prazos poderia mesmo fazer perder a oportunidade de uma impugnação, essencial na questão de fundo em litígio.

Remeta-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde.

Lisboa, 22 de Outubro de 1997.

*Branca do Amaral (Relatora) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró  
- João Figueiredo - Vasco Almeida – José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos  
- João Labescat - Castro Martins (Presidente).*